

ÍNDICE GERAL

| | |
|-----------------------|----|
| PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO | 7 |
| PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO | 9 |
| MODO DE CITAR | 11 |

Capítulo III

CONTEÚDO (Conclusão)

§ 9º

FUNÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO

| | |
|--|----|
| 1. Contratos de reestruturação | 13 |
| I. Caracterização | 13 |
| II. Tipologia | 15 |
| 2. Contratos para a prevenção ou a resolução direta de litígios | 15 |
| I. Transação | 15 |
| II. Acertamento | 17 |
| III. Concordata | 19 |
| 3. Contratos para a prevenção ou a resolução de litígios com intervenção de terceiro | 21 |
| I. Convenção de arbitragem | 21 |

| | |
|---|----|
| II. Função e efeitos da convenção de arbitragem | 24 |
| III. Convenção de mediação de conflitos | 28 |
| IV. Pactos de competência judicial | 30 |
| 4. Reestruturação de direitos e de patrimónios | 32 |
| I. Divisão de coisa comum | 32 |
| II. Partilha da herança e dos bens comuns do casal | 35 |
| III. Partilha de bens em economia comum | 37 |
| IV. Partilha do património social | 38 |
| 5. Reestruturação de obrigações | 40 |
| I. Novação objetiva | 40 |
| II. Dação em cumprimento e em função do cumprimento | 42 |
| III. Conta corrente | 44 |

§ 10º

CONTRATOS PLURIFUNCIONAIS

| | |
|--|----|
| 6. Caraterização e tipologia | 49 |
| 7. Contratos para a transmissão de situações jurídicas e efeitos similares | 51 |
| I. Cessão de créditos | 51 |
| II. Cessão da posição contratual | 52 |
| III. Assunção liberatória de dívida | 55 |
| IV. Novação subjetiva | 56 |
| V. Contratos fiduciários | 58 |
| 8. Contratos preliminares | 61 |
| I. Conceito, categorias e razão de ordem | 61 |
| II. Contrato-promessa | 63 |
| III. Funções económico-sociais dos contratos prometidos | 65 |
| IV. Contrato-quadro | 68 |
| V. Pacto de preferência | 71 |

§ 11º

FUNÇÃO EFICIENTE

| | |
|---------------------------|----|
| 9. Conceito e modalidades | 75 |
| I. Conceito | 75 |
| II. Modalidades | 77 |

| | |
|---|-----|
| 10. Função constitutiva | 79 |
| I. Conceito e modalidades | 79 |
| II. Criação de pessoas jurídicas | 79 |
| III. Criação de direitos absolutos | 80 |
| IV. Criação de direitos pessoais de gozo | 82 |
| 11. Função obrigacional | 83 |
| I. Conceito e estrutura da obrigação | 83 |
| II. A obrigação como efeito e como objeto | 85 |
| III. Estrutura da prestação | 86 |
| IV. “Obrigações de meios e de resultado”; obrigações de garantia | 88 |
| V. Relação da obrigação com a estrutura do contrato | 89 |
| VI. Relação com as funções económico-sociais | 90 |
| VII. Contratos sinalagmáticos | 90 |
| VIII. Obrigação e promessa | 91 |
| 12. Função potestativa e outras funções criativas | 93 |
| I. Razão de ordem | 93 |
| II. Criação de direitos potestativos | 93 |
| III. O poder de emitir ordens | 96 |
| IV. Caracterização da ordem | 99 |
| V. Função atributiva de poderes funcionais | 100 |
| VI. Criação de estatutos pessoais e de normas | 103 |
| 13. Funções extintiva e transmissiva | 103 |
| I. Contratos extintivos de contratos | 103 |
| II. Contratos extintivos de situações jurídicas | 104 |
| III. Função transmissiva | 105 |
| IV. Objetos da transmissão | 106 |
| V. Função extintiva-criativa sem transmissão | 107 |
| 14. Função modificativa | 108 |
| I. Modificação de contratos | 108 |
| II. Modificação de situações jurídicas | 109 |
| 15. Registos e outros fatores exógenos influentes na eficácia inicial dos contratos | 110 |
| I. Registo constitutivo | 110 |
| II. Elenco dos registos constitutivos | 111 |
| III. Registo “declarativo” | 114 |
| IV. Outros fatores exógenos | 115 |
| V. Síntese | 117 |

§ 12º

CIRCUNSTÂNCIAS

Divisão I

| | |
|--|-----|
| 16. Conceito e categorias | 119 |
| I. Conceito e delimitação | 119 |
| II. Circunstâncias da função eficiente e circunstâncias da função económico-social | 122 |

Divisão II

CIRCUNSTÂNCIAS DA FUNÇÃO EFICIENTE

| | |
|--|-----|
| 17. Condição | 123 |
| I. Condição própria | 123 |
| II. A questão da reserva de propriedade e o conceito de condição | 126 |
| III. Condições impróprias | 128 |
| IV. Estrutura e modalidades da condição; em especial, a condição potestativa | 130 |
| V. Outras modalidades | 133 |
| VI. Ilicitude, impossibilidade e indeterminabilidade | 134 |
| VII. Ocorrência e eficácia | 136 |
| VIII. Pendência | 138 |
| IX. Pressupostos e pressuposição | 141 |
| 18. Termo | 144 |
| I. Conceito e modalidades | 144 |
| II. Termo próprio e impróprio | 145 |
| III. Termo final necessário ao tipo e subtipificação pelo termo | 146 |
| IV. Ilicitude e inidoneidade | 149 |
| V. Cômputo, ocorrência e eficácia | 149 |
| VI. Pendência | 150 |
| 19. Conformidade | 152 |
| I. Critérios | 152 |
| II. Conformidade normativa: escolha do direito aplicável a contratos obrigacionais | 152 |
| III. Escolha do direito aplicável a outros contratos | 155 |

| | |
|---|-----|
| IV. Conformidade com normas não estaduais | 158 |
| V. Remissão para a equidade | 159 |
| VI. Âmbito e autonomia das estipulações de conformidade | 160 |

Divisão III

CIRCUNSTÂNCIAS DA FUNÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL

| | |
|---|-----|
| 20. Eventualidade | 161 |
| I. Âmbito | 161 |
| II. O evento e a cláusula que o refere | 164 |
| III. Ensaio de regime jurídico | 166 |
| IV. Ilicitude e impossibilidade | 166 |
| V. Ocorrência e eficácia | 168 |
| VI. Pendência | 170 |
| 21. Comparação | 174 |
| I. Comparação e eventualidade | 174 |
| II. Cláusulas de adaptação por agravamento das circunstâncias | 174 |
| III. Cláusulas de paridade | 176 |
| IV. Determinação do devedor e/ou da prestação | 178 |
| 22. Tempo | 178 |
| I. Âmbito e modalidades | 178 |
| II. O tempo da ação | 179 |
| III. Conceito de prazo e regime do prazo da prestação | 182 |
| IV. Eficácia <i>ipso facto</i> do tempo e da morte | 184 |
| V. O tempo como medida e como critério | 185 |
| VI. Cômputo e pendência | 186 |
| 23. Espaço | 188 |
| I. Generalidades | 188 |
| II. Lugar | 188 |
| III. Zona | 192 |
| IV. Distância, itinerário | 193 |
| V. Local, localização, dimensão | 194 |
| 24. Padrões de conformidade | 195 |
| 25. Meio | 197 |
| I. Generalidades | 197 |
| II. Meios de comunicação e “espaço” audiovisual | 198 |
| III. Meios de transporte | 199 |
| IV. Meios de pagamento | 200 |

| | |
|--|-----|
| V. Outras circunstâncias de meio | 200 |
| 26. Fim | 201 |
| I. Delimitação negativa das circunstâncias de fim | 201 |
| II. Delimitação positiva das circunstâncias de fim | 204 |
| III. Cláusulas de fim necessárias; especificação de fins essenciais ao tipo | 204 |
| IV. Cláusulas livres relativas ao fim de obrigações | 208 |
| V. Cláusulas livres relativas ao fim de direitos pessoais de gozo | 209 |
| VI. Cláusulas livres relativas ao fim do direito de propriedade | 211 |
| VII. A inobservância do fim em contratos de escopo | 212 |
| 27. Sistematização dos efeitos das circunstâncias da função económico-social | 217 |
| I. Razão de ordem | 217 |
| II. Efeitos não obrigacionais | 217 |
| III. Efeitos obrigacionais | 218 |
| IV. Efeitos da inobservância das circunstâncias | 219 |
| V. Violação circunstancial do contrato | 221 |

Divisão IV

O INCUMPRIMENTO COMO CIRCUNSTÂNCIA

| | |
|--|-----|
| 28. Síntese e remissão | 226 |
| I. Circunstância de eventualidade | 226 |
| II. Cláusulas sobre o âmbito do incumprimento | 227 |
| III. Cláusulas sobre os efeitos do incumprimento | 228 |

§ 13º

INTERPRETAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 29. O problema do significado na filosofia e nas ciências da linguagem | 232 |
| I. Antecedentes | 232 |
| II. Semântica e pragmática | 233 |
| III. Linguística do texto e análise do discurso | 236 |
| 30. Direito, linguagem e interpretação | 239 |
| I. Linguagem e direito | 239 |
| II. A interpretação jurídica | 240 |

| | |
|--|-----|
| III. Em obras portuguesas | 242 |
| 31. Nota comparativa sobre a interpretação do negócio jurídico e do contrato | 244 |
| I. Códigos com regras sobre a interpretação do negócio jurídico | 244 |
| II. Códigos com regras sobre a interpretação do contrato | 245 |
| III. Interpretação do contrato nos direitos de <i>common law</i> : | |
| Reino Unido | 246 |
| IV. Estados Unidos da América | 248 |
| V. Regras gerais sobre interpretação contidas em textos de vocação supranacional | 249 |
| VI. Síntese | 251 |
| 32. Interpretação da declaração negocial | 251 |
| I. Pressupostos metodológicos | 251 |
| II. O ato de interpretação e a distribuição de papéis | 253 |
| III. Objetivo | 254 |
| IV. Objeto | 255 |
| 33. Significado negocial | 256 |
| I. Significado global e dimensões do significado | 256 |
| II. Dimensão semântica | 258 |
| III. Dimensão pragmática | 260 |
| IV. Em especial, as inferências conversacionais | 263 |
| V. Dimensão normativa | 265 |
| 34. Critério legal básico: compreensão pelo declaratório | 268 |
| I. Vontade e intenção significativa | 268 |
| II. Conhecimento da vontade real = compreensão da intenção significativa | 269 |
| III. Impressão do declaratório = compreensão presumida | 272 |
| IV. Limites da imputabilidade ao declarante da compreensão normal | 274 |
| V. Elemento comum: compreensão pelo declaratório | 275 |
| VI. A compreensão como fator nuclear do significado e da interpretação | 276 |
| 35. Interpretação do contrato | 278 |
| I. Método e razão da sequência | 278 |
| II. Contratos formados por aceitação de proposta | 280 |
| III. Contratos formados por aceitação de proposta ao público | 280 |
| IV. Contratos cuja formação integra convite a contratar ou contraproposta | 282 |
| V. Contratos formados por declarações contratuais conjuntas | 284 |
| VI. Contratos formados em diálogo oral | 286 |
| VII. Verificação do consenso e dissenso | 286 |

| | |
|--|-----|
| 36. Cânones complementares | 288 |
| I. Considerar o contrato como um todo | 288 |
| II. Considerar todo o contrato | 289 |
| III. Cláusula de consolidação | 291 |
| IV. Circunstâncias atendíveis | 292 |
| V. Objetivos e natureza jurídica | 295 |
| VI. A boa fé: função limitada no sistema português de interpretação | 297 |
| VII. Tempo relevante | 299 |
| 37. Cânones subsidiários | 300 |
| I. “Casos duvidosos” | 300 |
| II. Equilíbrio contratual | 302 |
| III. Menor sacrifício | 304 |
| IV. Dúvidas que os cânones subsidiários não resolvem | 305 |
| 38. Interpretação de contratos formais | 306 |
| I. A regra especial | 306 |
| II. A exceção | 309 |
| 39. Interpretação de contratos de adesão e de cláusulas contratuais gerais | 311 |
| I. Contratos de adesão: princípios e critérios básicos | 311 |
| II. Cãnone subsidiário | 313 |
| III. Cláusulas contratuais gerais apreciadas em ação inibitória | 314 |
| 40. Interpretação de estatutos de pessoas jurídicas | 315 |
| I. A controvérsia | 315 |
| II. Reposicionamento do problema | 317 |
| III. Proposta de solução | 320 |
| 41. Questões de direito e questões de facto | 323 |
| I. Jurisprudência | 323 |
| II. Questões de direito | 324 |
| III. Questões de facto | 325 |

§ 14º

INTEGRAÇÃO

| | |
|-------------------------------------|-----|
| 42. Nota comparativa | 327 |
| I. Direitos latinos | 327 |
| II. Direito alemão | 328 |
| III. Direitos de <i>common law</i> | 329 |
| IV. Textos de vocação supranacional | 330 |
| V. Síntese | 331 |

| | |
|--|---------|
| 43. Lugar sistemático e requisitos da integração contratual | 331 |
| I. A integração do contrato no direito português | 331 |
| II. Integração diferente de interpretação | 332 |
| III. Requisitos | 334 |
| IV. Conceito de lacuna contratual | 334 |
| 44. Preenchimento de lacunas contratuais | 336 |
| I. Lacuna suprível | 336 |
| II. Integração por norma legal | 338 |
| III. Vontade hipotética = declaração hipotética | 339 |
| IV. Boa fé | 340 |
| V. Critérios não referidos no artigo 239º | 342 |
| VI. Relação e hierarquia dos critérios | 343 |
| VII. Categorias e tipos contratuais com limitações na integração | 345 |
| BIBLIOGRAFIA CITADA | 347 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO | 369 |

